

TRABALHADORES NEGROS E O “PARADIGMA DA AUSÊNCIA”:¹ CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Black workers and the “paradigm of absence”:
contributions to the social history of labor in Brazil

ÁLVARO PEREIRA NASCIMENTO

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003>

Álvaro Pereira Nascimento é mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e professor associado do campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (alvaropn@uol.com.br).

Artigo recebido em 23 de agosto e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2016.

RESUMO

O artigo reabre o debate em torno do “paradigma da ausência” na produção historiográfica dos mundos do trabalho. Os historiadores que analisaram os trabalhadores pobres e o movimento operário raramente dialogaram com especialistas em escravidão. Mesmo quando investigam o século XX, pouco incluem sujeitos negros – mulheres, crianças, homens – em suas pesquisas. Foram os especialistas em escravidão e pós-abolição os que mais avançaram em direção ao debate e contribuíram para a visibilidade desses sujeitos históricos. O artigo aponta ainda os problemas trazidos por essa ausência e sugere alguns caminhos metodológicos de mudança.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; mundos do trabalho; cor; século XX.

ABSTRACT

The article reopens the debate about the “paradigm of absence” in the historiography of the worlds of labor. Historians who have studied the poor workers and the labor movement have rarely dialogued with experts in slavery studies. Even when investigating the XX century they scarcely include black people – women, children, men – in their studies. Experts in slavery and in the post-abolition period were those who advanced more towards a debate and contributed to the visibility of these historical actors. The article also points out the problems brought by this absence and suggests some methodological paths for change.

KEYWORDS: historiography; worlds of labor; colour; XX century.

RÉSUMÉ

L'article réouvre le débat sur le “paradigme de l'absence” dans l'historiographie des mondes du travail. Les historiens qui ont étudié les ouvriers pauvres et le mouvement ouvrier ont rarement dialogué avec ceux qui ont étudié l'esclavage. Même lorsqu'ils étudient le XXème siècle ils font peu d'attention aux noirs – femmes, enfants, hommes – dans leurs études. Ce sont les spécialistes en l'esclavage et en la période qui a suivi son abolition qui ont fait plus de progrès dans le sens du débat et ont contribué à la visibilité de ces sujets historiques. L'article souligne aussi les problèmes créés par cette absence et suggère des chemins méthodologiques pour changer ce cadre.

MOTS-CLÉS: historiographie; mondes du travail; couleur; XXème siècle.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge de uma inquietação. A historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República tende a não incluir o componente cor dos indivíduos pesquisados em suas páginas. Essa ausência torna-se ainda maior nas pesquisas voltadas para os séculos XX e XXI, quando a cor dos trabalhadores é frequentemente invisibilizada. No tocante àquelas que exploram as últimas décadas da escravidão e as cinco primeiras décadas republicanas, período abordado neste artigo, o leitor perceberá a ausência da participação do negro em boa parte delas, mesmo quando concepções de raça, caráter nacional e bom trabalhador ganham evidência em centros de pesquisa (Schwarcz, 2005:18), nas esferas do Estado e nos mundos do trabalho (Chalhoub, 1986).

Analisar a transformação das relações sociais e econômicas experimentadas em mais de trezentos anos de escravidão em relações pretensamente livres, sem considerar a cor das pessoas que viveram esse longo e conflituoso processo histórico, nos afasta das reflexões que essa transformação engendra e exige. Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas?

Alguns se defendem culpando as fontes que não trazem a cor dos trabalhadores ou alegando que não conseguiram tempo para "ir atrás", como ouço em debates nas mesas de congressos e simpósios. Amparados pela frágil argumentação da "transição do trabalho escravo para o livre", outros propõem e seguirão objetivos que não abrangem o período anterior a 1888.² Reconhecemos as dificuldades enfrentadas em alguns trabalhos, mas, perguntamos, será que dialogamos com colegas da escravidão e do pós-abolição para buscarmos outras fontes e ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário, nas escalas local, regional, nacional e transnacional?

Estas questões, para não irmos ainda mais longe, estão distribuídas no tempo nas inquietações da sociologia de Oracy Nogueira (Maio, 2000), Florestan Fernandes (2008) e seus orientandos, ao incluírem a herança da escravidão e o racismo na centralidade das suas análises, passam pela crítica refinada e cirúrgica de Carlos Hasenbalg (1979) à geração anterior, e alcançam alguns historiadores posteriormente, principalmente na década de 1980, quando

Sheldom Maram (1979), Emilia Viotti da Costa (1982), Sidney Chalhoub (1986), Gladys Ribeiro (1990), Lúcio Kowarick (1987) e outros incluem trabalhadores negros e negras nos debates acerca do trabalho livre. Muito há que ser feito, e parte relevante dos que investigam a história do trabalho na República permanece *embranquecendo* o debate.

O questionamento desse posicionamento dos colegas foi parar em artigos que apontam os problemas historiográficos e raciais provocados pela insistência na “tese da ‘substituição’ do escravo pelo trabalho livre”, como definiu Silvia Lara (1998: 27).³ Artigos que procuram *escorar* o que Chalhoub e Silva (2009: 15) ironicamente chamaram de “muro de Berlim historiográfico”.

Sem questionamentos por parte de orientadores(as) e membros das bancas de exame de qualificação, até jovens pós-graduandos podem passar batidos pela questão, quando suas dissertações e teses, mesmo que (in)diretamente ligadas à história dos(as) trabalhadores(as) negros(as), não descrevem os conflitos e os males provocados pelo preconceito racial. Parecem não entender que “a transformação de uma sociedade que agia, pensava e se entendia enquanto escravista, numa outra cuja produção viria, teoricamente, pelo pagamento do trabalho realizado, foi extremamente tensa” (Nascimento, 2016: 2).

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais.⁴

Essa é também uma questão importante para uma área da história mais comprometida com a realidade dos negros no pós-abolição. Como diria Hebe Mattos (2014: 259), a História Pública pode possibilitar “reparação moral, reforço da autoestima” e outras conquistas aos negros contemporâneos, que sofrem até hoje com as mazelas provocadas pelo racismo. Ao abster-se do debate, o historiador faz justamente o contrário: não contribui para o combate ao racismo e reproduz as mesmas lacunas deixadas por autores no passado, recente ou não.

Para dar conta destas questões, dividirei este artigo em duas partes, que se juntarão ao final. A primeira discutirá a relação entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil em parte da historiografia. Tentarei ainda provocar os pesquisadores indicando sugestões para esse grave e recorrente problema na historiografia. Na segunda, mostrarei alguns dos problemas derivados desse “paradigma da ausência”.

NUM CONGRESSO DA ANPUH NÃO TÃO DISTANTE

Comecemos então, em julho de 2001, no congresso da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh), na mesa redonda *E. P. Thompson no Brasil*. Nessa rica oportunidade, Sidney Chaloub (2001: 78) falou sobre o conteúdo impactante do seu provocante resumo:

A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de diversas formas. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista. Num contexto de produção historiográfica e sociológica que pressupunha a impossibilidade de cultura política entre trabalhadores escravos, a obra de E. P. Thompson ajudou na revisão de conceitos e na renovação dos estudos sobre a história da escravidão no país. Ainda assim, pouco se sabe sobre a importância da herança das lutas dos escravos pela liberdade na configuração dos movimentos sociais das décadas posteriores à Abolição. (grifos meus)

Em um mesmo parágrafo, Chaloub lançava para os negros parte do protagonismo nas ações que configuraram as marcantes lutas do operariado nas primeiras décadas do século XX, e que durante muito tempo haviam sido creditadas unilateralmente aos militantes imigrantes e nacionais sem cor definida.

Os colegas da história do trabalho no século XX pouco discutiam (e pouco discutem) o legado de lutas da população negra e os problemas raciais que ela enfrentava. Identificavam as pessoas como nacionais e imigrantes, trabalhadores e trabalhadoras, sertanejos, nordestinos e urbanos, para analisar suas condições de vida cotidiana, seus valores e costumes, as formas de lazer, as hierarquias entre os ofícios, as diferenças de gênero, as formas de recrutamento e disciplinamento das empresas, a imprensa operária, as diferentes organizações de trabalhadores(as) e, finalmente, se as pessoas teriam tido a consciência necessária para compor uma classe *em si* ou *para si*.

De lá para cá, muitos trabalhos cresceram e vieram demonstrando como os debates em torno de classe e consciência de classe, no caso brasileiro, mais emperraram as investigações dos historiadores ligados ao movimento operário e à cultura operária do que os auxiliaram no diálogo com o passado. Se, como afirmou Batalha (1999: 66), a classe iniciou sua "formação" no século XIX, esses historiadores aventuraram-se muito pouco em buscar este *fazer-se*.

Foram os historiadores da escravidão e da pós-abolição que mais investigaram mulheres e homens negros no processo. Encontraram-nos/as nas fábricas enquanto operários/as

em meio a imigrantes e nacionais livres brancos/as (Andrews, 1998: 154-172), viram-nos carregando sacas de café nos portos, fundando sindicatos e realizando greves históricas (Cruz, 2005), abrindo estradas de ferro (Souza, 2010), caçando baleias (Castellucci Junior, 2008), servindo patrões e sinhás nos sobrados das capitais (Graham, 1992; Damasceno, 2011), desenvolvendo ofícios liberais nas áreas de medicina, advocacia, engenharia, jornalismo (Gomes & Domingues, 2013) etc., montando e atuando nas companhias de teatro ligeiro (Bongiovanni, 2014), gravando seus lundus e sambas em versão fonográfica (Abreu, 2010), dançando nas noites dedicadas aos Orixás (Reis, 2008). Negros e negras também esbordoaram ou enfiaram a faca naqueles que os preteriram na disputa pelo cargo melhor remunerado ou por vagas de emprego (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 1986); fizeram seus grupos musicais e tocaram no Brasil e no exterior (Hertzman, 2013); utilizaram os tipos que imprimiram as folhas dos Homens de Cor (Santos, 2003; Pereira, 2010; Pinto, 2014), jogaram futebol e infernizaram as elites dos clubes (Pereira, 2000); enfrentaram as formas de disciplinamento de oficiais brancos na Marinha de Guerra (Nascimento, 2016). Percebe-se a riqueza e a diversidade de histórias reveladas através da investigação das trajetórias individuais e coletivas dessas pessoas no processo que extinguiu juridicamente a escravidão.

Então, onde estavam seus colegas do trabalho livre? Ao lado deles nas linhas de montagem das fábricas? Junto às costureiras nas fábricas de roupas? Certamente lá estavam. Mas quanto a formação racial dos trabalhadores nas empresas dos diferentes estados do país é levada em conta e torna-se questão *sine qua non* em obras da história dos trabalhadores no século XX? E antes, quanto esses historiadores querem investigar o legado das lutas negras após a escravidão?

Como disseram Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2013: 20) recentemente,

Para o alvorecer do século XX, esta gente – exatamente a primeira geração de ex-escravos e filhos destes – foi expulsa das fábricas, não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e em lugares como São Luís, Recife, Pelotas, Porto Alegre e Salvador. Pode ser um equívoco apostar que os mandantes foram os industriais que optaram pelos imigrantes europeus e utilizaram a polícia para transformar todo o resto em desordeiros, malandros, preguiçosos sambistas. Em parte foi a própria historiografia do movimento operário que escolheu determinadas fotografias e processos, só vendo italianos, espanhóis, anarquistas e sindicatos. Não entrou propriamente nas fábricas e, portanto, não conseguiu encontrar milhares de trabalhadores brasileiros de diversas origens, trajetórias e experiências.

Parte desse discurso foi construída e reproduzida em diversas obras sobre a formação da classe operária entre as décadas de 1970 e 80. Nesse período, que Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979: 16) denominaram a “primeira infância” da história “da classe operária

no Brasil", os cientistas sociais estavam preocupados em compreender o que lhes surgiu inesperadamente: a "emergência dos trabalhadores" nas "greves de massa" de 1978, com diferentes formas de organização e não subservientes ao Estado (Paoli, Sáder & Telles, 1984: 130). Embora Viotti da Costa, como veremos a seguir, já questionasse em 1982, numa das raras revistas acadêmicas de história à época, a ausência do "preto" e do "mulato" no movimento operário, os pesquisadores resistiam imensamente em *enegrecer* a classe.

Contrariamente, entendiam que entre os trabalhadores nacionais havia "muitos antigos escravos ou integrantes de uma geração para a qual a escravidão tem ainda culturalmente um peso considerável", como assinalou Bóris Fausto (1977: 127). Alimentado por uma sociologia que acreditava, sobretudo, na herança degenerativa do homem sob a escravidão, e não no poder destruidor do racismo contra negros e negras, Fausto e muitos dos seus colegas contemporâneos e posteriores criam no déficit negro e a eles(as) negavam qualquer protagonismo no tocante às lutas dos "verdadeiros proletários" (Hardman & Leonardi, 1982: 111).

Francisco Foot Hardman e Víctor Leonardi (1982: 109) chegaram a defender que a formação da classe no Brasil foi "entrevada" ou "dificultada" por ter o proletariado surgido em meio à "sociedade escravista". Diferentemente dos primeiros "proletários modernos" europeus e mesmo de países latino-americanos como Argentina, Chile e Uruguai, que aboliram a escravidão décadas antes (1982: 111), o Brasil das primeiras fábricas sofria o impacto de ter, "ao lado dos operários, um bom número de escravos". Esta frase resume os referenciais conceituais dos autores, que não entendiam o *trabalhador escravizado* enquanto "operário", mesmo que ambos trabalhassem lado a lado em fábricas. Não é difícil percebermos que para eles, no Brasil, as "verdadeiras fábricas modernas" só se tornaram realidade quando empregaram "maquinaria importada e operários livres", na década de 1840 (1982: 33). Havia na concepção desses autores uma ideia da incapacidade das pessoas escravizadas, que não lhes conferia o direito de serem chamadas de operárias, rótulo que até as crianças livres empregadas nas fábricas recebiam.

A própria cor dos trabalhadores geralmente passava *em branco* nas páginas das obras. Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho.

Em 1982, Emília Viotti da Costa publicou um artigo até hoje raramente citado. Era uma resenha elogiosa ao livro de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979), que trouxe aos historiadores do movimento operário brasileiro a compilação de diversos "documentos" relativos à vida na fábrica e ao cotidiano do trabalhador em variados espaços. E foi a partir da análise

desses documentos que a autora chamou às falas os historiadores que estudavam a classe e o movimento operário:

Provavelmente por causa da identificação que fazem entre movimento operário e imigrante, *os que têm estudado a história do movimento operário na Primeira República raramente mencionam a presença de pretos e mulatos*. Em geral se repete que depois da Abolição os imigrantes substituíram os ex-escravos na força de trabalho, tendo aqueles sido marginalizados nesse processo. Até que ponto essa *impressão* corresponde à realidade? (Costa, 1982: 224). (grifos meus)

Como ela mesma mostrava, o estado de São Paulo, diferente da maior parte dos estados nacionais, com exceção do Rio Grande do Sul, recebera a maior parcela de imigrantes, e mesmo assim, em 1920, 60% dos trabalhadores registrados na indústria “eram brasileiros”. As fontes que Pinheiro e Hall publicaram mostraram a Costa que nas listas das federações anarquistas havia sobretudo nomes assemelhados às origens portuguesa e espanhola.

Segundo Costa (1982: 223-224), aquelas e outras fontes já levantavam, à época, a possibilidade de o papel dos brasileiros no movimento operário estar sendo “subestimado” pelos historiadores. Afinal, como defender a ideia de uma “inexperiência política do trabalhador brasileiro” e, ao mesmo tempo, “explicar o sucesso do anarquismo entre eles?”. Ora, “de onde lhes vinha sua experiência política? Finalmente, qual a participação dos pretos no movimento operário?” Essa continuidade de perguntas leva-nos ao que Chalhoub disse 20 anos depois no simpósio da Anpuh, e foi apoiado por outros autores posteriormente.

Percebemos hoje a limitação das fontes e bibliografias viáveis nas décadas de 1970 e até pelo menos meados da de 1980 quando comparadas às possibilidades de investigação atuais e mesmo às questões que importavam aos pesquisadores em suas contemporaneidades, como foi aquela surgida nas greves operárias de 1978.

Não à toa, o jovem estudioso de hoje deve se sentir convidado a suspender a *parede* que impediu os *operários da historiografia* do longínquo passado de trabalhar por décadas numa linha de produção fundamental: a que construiria a história da participação do negro na formação dos mundos do trabalho na República.

O EUROCENTRISMO COMO UM PROBLEMA NOS MUNDOS DO TRABALHO

Pesquisadores de diferentes países pós-coloniais há décadas questionam e combatem a centralidade das epistemologias e dos referenciais civilizatórios assumidos a partir dos prismas europeu e norte-americano. Frantz Fanon, Rajnarayan Chandavarkar, Edward Said,

Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres e Chimamanda Adichie são alguns entre aqueles que vêm denunciando os perigos da história única.⁵ Revelam que há "um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias" (Porto-Gonçalves, 2005: 3). A partir dos escritos de Dipesh Chakrabarty, José Henrique Bortoluci (2009: 58-59) mostra como o autor indiano "aponta uma tendência de que todas as histórias de nações periféricas particulares se tornam variações de uma *narrativa mestra* – a própria narrativa da história da Europa –, que alocaria cada uma dessas histórias nacionais em uma posição de subalternidade".

No caso da formação da classe operária na cidade indiana de Bombay, Chandavarkar já tecia críticas aos historiadores que seguiam um "esquema evolutivo", no qual "os padrões de mudança social e o desenvolvimento econômico" da Índia moviam-se em geral nos trilhos do industrialismo, ou moderno capitalismo, familiar na experiência ocidental. A Inglaterra, representando o Ocidente, tornava-se a "fonte" das bases conceituais e das teorias sociais necessárias à compreensão da formação da "classe operária indiana" (1994: 11-12).

Para Marcel van der Linden, os historiadores precisam encarar "uma nova fase da História Social do Trabalho, caracterizada pela tentativa de superação do nacionalismo metodológico e do Eurocentrismo" (2009: 19). Convida-nos ele para uma perspectiva global do entendimento da classe trabalhadora e de sua história, nos diferentes países, "caracterizada por certo pluralismo teórico e pelo interesse temático no estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra" (2009: 11).

Chandavarkar e Linden trazem reflexões para além da experiência dos trabalhadores europeus, surgidas com o fenômeno da industrialização, como ainda muitas vezes teimamos em fazer. Afinal, quando somente procuramos greves, criação de sindicatos, imprensa operária, a origem do movimento operário etc., estamos realizando esse tipo de abordagem. Mantemo-nos eurocêntricos, partindo dos paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais reflexões a partir de diálogos interseccionais que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus.

Para abarcar os trabalhadores numa relação global, que envolva as experiências dos trabalhadores indianos, brasileiros, argentinos e outros, há também que se pensar "nas diversas formas de trabalho livre e não-livre, remunerado e não remunerado, organizações formais e informais, em um recorte cronológico mais amplo" (Linden, 2009: 11).

Essa perspectiva vem se tornando marcante nos *Seminários Internacionais Mundos do Trabalho*, que ocorreram nos últimos biênios, cuja organização pertence ao Grupo de Trabalho do mesmo nome em parceria com instituições internacionais como a *re-work*. Neles, podemos encontrar centenas de pesquisadores estrangeiros e brasileiros apresentando as histórias dos trabalhadores em seus países, refletindo numa perspectiva transnacional e transcontinental. Os brasileiros de diferentes temáticas do trabalho escravo e compulsório também se apresentam nesses seminários.

Mas, por incrível que pareça, até nesses eventos percebemos problemas que impedem um diálogo mais aberto entre os pesquisadores de diferentes áreas do trabalho. A própria organização das mesas no último Seminário Internacional em Salvador, no campus da UNEB, em 2015, estancou essa possibilidade quando montou as mesas. Ou seja, aqueles que desenvolveram pesquisas sobre a pós-abolição apresentaram seus trabalhos no último dia do simpósio – um sábado –, sendo mantidos bem distantes dos colegas que analisavam o chamado trabalho livre na República. Sintomático de como esse diálogo é difícil. Os resultados disso são perceptíveis em artigos publicados em revistas diversas.

Um deles, sobre a vila operária de Marzagão, na atual Sabará, Minas Gerais, é um exemplo disso (Ávila, 2009). A industrialização, o capitalismo e o trabalho livre surgem dissociados de mais de trezentos anos de trabalho escravo e de todas as bases que essas sociedades anteriores à República experimentaram nas relações de trabalho do século XX.

Ao analisar a construção da fábrica, que iniciou suas atividades em 1883, ou seja, na última década da escravidão, o autor, através do artigo de Domingos Giroletti, descreve somente que seus sócios preocupavam-se em utilizar a “mão de obra autóctone, no sentido de resgatá-la da escravidão (ou do infortúnio) e de incorporá-la econômica e socialmente à nova sociedade capitalista que se desenvolvia” (Ávila, 2009: 78). Nada há sobre a composição do que chama de operariado. Não surgem suas cores, sua condição social e o gênero, mesmo a província abrigando a maior população escrava do Brasil em 1884 (Conrad, 1975: 352). Quem construiu aquela fábrica e quem foram seus primeiros operários(as)? Onde estavam os negros daquela região?

Noutro texto mais recente também percebemos o problema. Embora o Rio Grande do Sul seja um estado que até pouco tempo atrás era desenhado como eminentemente branco, a presença de negros no campo e nas cidades vem sendo trazida à tona pela historiografia (entre outros Weimer, 2013). Evangelia Aravanis (2010) nos brindou com um instigante trabalho acerca da organização da produção e das condições de trabalho na industrialização naquele estado, discutindo temas silenciados anteriormente, como o trabalho feminino.

São visíveis, porém, os sinais que levam à ausência da questão racial na região. Embora já em 1873 existisse indústria têxtil em cidades gaúchas, o recorte temporal escolhido pela

autora foi posterior: as três primeiras décadas republicanas, quando a escravidão não surgiria como um problema a ser enfrentado na pesquisa. Esse traço recorrente entre muitos daqueles que estudam o movimento operário, por sinal, é solucionado através de cirúrgicos recortes temporais: 1890-1930, 1889-1930, 1890-1920. Além disso, a cor dos(as) trabalhadores(as) não é problematizada no texto. A própria pesquisa somente em jornais operários e da grande imprensa limita a investigação sobre a cor dos indivíduos. Não sabemos nem se foi preocupação da autora perceber a questão racial nos próprios anúncios que solicitavam empregados(as), como algumas pesquisas já demonstraram (Damasceno, 2011).

Outro texto recente que não aborda a questão da cor dos trabalhadores no processo é o de Olivia Cormineiro (2009). É louvável notar que esse instigante texto acerca dos trabalhadores livres e pobres antes da abolição e mesmo depois dela, no estado de Goiás, já tem como referência o sempre citado texto de Sílvia Hunold Lara (1998), que questiona os recortes temporais que tomam a escravidão como fim, a exemplo do que vimos com o trabalho de Aravanis. No entanto, a autora recai em outro problema conceitual no que tange ao sertanejo.

Em outras palavras, se o trabalhador escravo é opacizado na história do trabalho, o trabalhador livre que viveu antes de 1888, principalmente nas regiões mais afastadas do "litoral", também o é. De fato, foi consolidado pela historiografia que após 1888 ocorreu um período de transição da escravidão para o mercado de trabalho livre, ficando-nos a impressão que trabalhadores livres e escravos não existiram fora do marco estabelecido para sua aparição na historiografia. Não é esta a perspectiva assumida neste artigo. Aqui procuramos pensar este jogo de relações observando que desde antes da emancipação os trabalhadores livres e pobres, aqui denominados sertanejos pobres, empreendiam estratégias que não significavam nada menos que modos de luta contra a exploração. É necessário reconhecer que não estamos analisando aqui as percepções de tempo e trabalho de "operários", que desde antes do início do século XX buscavam organizar uma luta contra a dominação e a exploração (Cormineiro 2009: 173). (grifos meus)

Então, nos cabe a pergunta: qual ou quais as cores dos sertanejos pobres? Mary Karasch (1996, 2010) vem realizando ampla pesquisa sobre os negros ex-escravos que fundaram irmandades desde a colônia e mesmo acerca dos quilombos cujos descendentes até hoje mantêm-se trabalhando na região. Há também trabalhos mais recentes que demonstram as dificuldades enfrentadas por libertos e escravos entre os séculos XVIII e XIX (Loiola, 2008). Enfim, há estudos diversos, desde pelo menos o ano de 1996, mostrando que sertanejos goianos tinham cor e também poderiam ser negros. E esta constatação pode levar a uma enorme mudança no resultado das pesquisas.

Outro artigo abordou a migração de famílias retirantes do Ceará para trabalhar nas fazendas cafeeiras paulistas no ano de 1878, bem próximo à chegada dos imigrantes

estrangeiros. A questão é extremamente rica. Por um lado, levanta o problema racial em São Paulo presente nos discursos diversos que surgiram na imprensa da região, por parte de proprietários, políticos e cientistas (Azevedo, 1987). Do outro, temos a própria situação política, social e econômica no Ceará, agudizada entre 1877 e 1878, uma província que passava por crises trazidas pela seca e a diminuição das receitas com o tráfico interprovincial para regiões como a própria São Paulo (Martins, 2012: 31-37). Foi justamente nestes anos que Denise Moura (1997) localizou a migração de sertanejos cearenses para as fazendas cafeeiras paulistas.

Chama atenção a falta de problematização da cor destes sertanejos. Assim como fizera Olivia Cormineiro no caso goiano, os cearenses podem passar por brancos, mestiços ou qualquer outra cor. E este é um elemento importante na análise destas pessoas. Poderiam ser estas famílias formadas por produtores rurais falidos, trabalhadores pobres urbanos e todos mais fugidos da seca de 1877 com diferentes cores.

Contudo, a história destes cearenses migrados em 1878 não pode ser pensada e analisada sem levarmos em conta os escravos provenientes do Ceará, vendidos para as fazendas do interior paulista anteriormente. Ora, não há como pensarmos em possíveis reencontros? Torna-se ainda mais plausível este argumento quando lemos que uma das fontes utilizadas por Denise Moura é uma carta trocada entre migrantes amigos, indicando fazendas para serem alojadas mulheres e homens. Ou seja, havia reencontros, contatos, conhecimentos esperados entre migrantes. Os cearenses libertos migrados para São Paulo tinham a esperança de rever seus familiares, anteriormente escravos? E as famílias escravas, também poderiam se reencontrar? E (por que não?) escravos vendidos anteriormente no tráfico interprovincial ao lado de ex-senhores cearenses falidos ou pobres na mesma lida da cafeicultura? Como se pode ver, esta história poderia tornar os “rastros deixados por esses retirantes”, como diz Moura, muito mais reveladores dos últimos anos da escravidão, e não somente pessoas diversas encapsuladas sob a categoria sertanejo pobre.

Sinais positivos de mudança nas pesquisas têm sido cada vez mais visíveis. No *Dicionário do Movimento Operário*, organizado por Cláudio Batalha, percebemos a intenção de ressaltar a cor dos militantes e trabalhadores, quando citada nas fontes analisadas pelos(as) colaboradores(as) do trabalho. Por outro lado, trabalhadores aqui não são os clássicos operários das atividades fabril e industrial, definidos como “os verdadeiros” por Hardman e Leonardi. Na obra de Batalha, ele é “todo e qualquer indivíduo que tenha que vender sua força de trabalho para sobreviver” (2009: 14-15).

Mesmo neste importante livro, feito marcante para a História do Trabalho e dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, difícilimo de realizar pela extensa quantidade de informação

acerca de cada militante e associação operária, percebe o leitor que o intento relativo à cor foi mínimo.

Poder-se-á folhear dezenas de verbetes sem encontrar uma sinalização da cor do trabalhador. Um exemplo de que a investigação ou mesmo interesse em citar a cor não foi priorizado por colaboradores(as) é o verbete do marmorista, vereador, militante e candidato à presidência da República pelo Bloco Operário e Camponês (BOC) nas eleições de 1930, Minervino de Oliveira. Em nenhum momento se diz que Minervino de Oliveira era negro (Batalha, 2009: 119).

Recentes coletâneas mostram duas gerações de historiadores enfrentando a questão. Na mais recente, percebemos o maior movimento de historiadores experientes e especialistas em escravidão migrando para acompanhar as trajetórias e contribuições de ex-escravos, libertos e pretos livres no pós-abolição (Gomes & Domingues, 2014). Mesmo historiadores especializados em história política do período Vargas fornecem valiosas contribuições. Encontramos dois autores do movimento operário que apresentam a ampliação das suas reflexões incluindo o negro entre os séculos XIX e XX. Noutra coletânea, há jovens historiadores(as), que já iniciaram suas pesquisas tendo a história do negro no pós-abolição como questão (Abreu & Pereira, 2011).

O artigo de Aldrin Castellucci (2010) alcançou marcante resultado de pesquisa.⁶ Seu propósito foi demonstrar que, diferentemente de São Paulo, os negros ocupavam posição dominante no mercado de trabalho formal baiano. A participação de valores e costumes construídos, dinamizados e transformados nas experiências cotidianas de escravos, senhores e pessoas livres no Brasil marca presença nas páginas de Castellucci, ao contrário de boa parte das obras que discutem as formas de luta dos trabalhadores nos mundos do trabalho do século XX.

Foi através do Centro Operário da Bahia que Castellucci mostrou a relevância desta participação. O historiador interessado no famoso movimento operário e na formação da classe geralmente desconhece fontes comuns entre os que pesquisam relações de compadrio, festas, morte, escravidão e pós-abolição. Estes sabem buscar a cor, pois entendem que o resultado das suas pesquisas é enriquecido quando sabemos mais sobre o indivíduo e seus antepassados. E foi esse o mergulho de Castellucci.

O segundo passo que demos foi, de posse daquela lista [de todos os membros ex-membros do Centro Operário], com um total de 1.176 nomes, verificar para quantos deles seria possível reunir informações suficientes para desnudar a real composição social do Centro Operário da Bahia. Fizemos, portanto, uma detalhada busca na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia, onde conseguimos localizar inventários *post mortem*, testamentos e outros documentos notariais para 197 integrantes do Centro Operário (2010: 92).

Fica aí uma ótima sugestão metodológica de análise. As irmandades religiosas e terreiros de candomblé, onde Castellucci encontra parte importante das lideranças operárias, eram locus importante para a construção de identidades, com sociabilidade, regras e formas de ajuda mútua marcantes entre os irmãos. Associações como o Centro Operário da Bahia foram constituídas por pessoas que viveram ou viviam em irmandades, terreiros, senzalas, bairros e cidades negras. Nas assembleias, reuniões e visitas cotidianas a estes espaços, creio eu, estes mesmos homens constituíram vínculos pessoais, dividiram opiniões políticas e trabalhistas, que eram forjadas no cotidiano dos mundos do trabalho. Toda esta experiência levou-os a se entenderem como um grupo de pessoas unidas em oposição a outros homens. Seria esta a consciência de classe? Por que não? Ela é parte de um discurso teórico que nos é fundamental, mas que deveria ser mais negro e bem menos eurocêntrico.

Há de se perceber também os valores e costumes possivelmente negros que estavam em jogo no momento do conflito. As sociabilidades e experiências constituídas nas seletivas e hierarquizadas irmandades católicas e casas de candomblé, por exemplo, podem trazer à luz parte do legado das formas de organização e lutas negras para os/as trabalhadores/as do século XX. Ao nos afastarmos destas possibilidades corremos o sério risco de, num vacilo, associarmos motins à fome como tanto combateu E. P. Thompson (1998: 151).

CAMINHOS PARA REFLEXÃO

Como poderíamos mudar esta história? Em primeiro lugar, quando vou a bancas, comento mesas e recebo novos estudantes para orientação, por vezes percebo a inabilidade do candidato com uma história mais ampliada dos Mundos do Trabalho. Quando ele é especialista em escravidão, geralmente pouco folheou os livros que invadem a Primeira República. O pesquisador do trabalho livre, por seu turno, revela espantoso silêncio frente à cor dos trabalhadores nas últimas décadas do século XIX e por toda a República. Esses currículos dos cursos de graduação e pós de História, criando especialistas nas “migalhas” das nossas sub-áreas de conhecimento, levam estudantes a se tornarem cada vez mais isolados em torno do seu próprio *métier*.

Orientadores(as) de graduação e pós devem insistir na ampliação da bibliografia obrigatória dos seus orientandos(as) quando o tema se insere nos mundos do trabalho do século XIX e vai até a História do Tempo Presente. Procurar entender com as abordagens teóricas e metodológicas presentes em textos clássicos e recentes sobre escravidão e racismo, de um lado, e cotidiano e lutas dos trabalhadores, de outro, passando ainda pelas relações de gênero, é um primeiro grande passo. Representa exercício transitório para a consolidação de uma

História Social do Trabalho vibrante, perceptível enquanto processo histórico. Ultrapassaremos, assim, a empobrecedora linearidade intercalada por cirúrgicos acontecimentos, que interrompem abruptamente os passos do homem no tempo e reforçam o ainda imponente muro de Berlim historiográfico descrito por Chalhoub e Silva.

O segundo caminho refere-se às fontes disponíveis. É incrível como poderíamos aprender mutuamente trocando informações acerca das fontes existentes em cada área, sejam elas recursos *on line*, como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ou o *Family Search* (que disponibiliza milhões de registros paroquiais e cartoriais), sejam fontes localizadas fisicamente em arquivos, como os inventários *post mortem*, livros notariais, testamentos, processos criminais, trabalhistas e cíveis e correspondências, além de inúmeras outras, que nos ajudam a encontrar a origem do indivíduo, suas famílias, crenças, sociabilidades, parentescos, cores, o cotidiano laboral e pessoal, além da condição social. Os dados dos registros de contratação dos trabalhadores das empresas, suas licenças e regulamentos de funcionamento, as biografias dos seus proprietários, as homenagens recebidas, as entrevistas com descendentes de antigos escravos e trabalhadores diversos também revelam sugestivas possibilidades de investigação.

Um terceiro caminho profícuo para acompanhar estas pessoas, quando os mais usuais se esgotam, é a análise do nome. As práticas de nomeação revelam muito mais do que imaginamos.

Por práticas de nomeação entende-se as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los (Weimer, 2013: 323).

Este recurso de pesquisa vem sendo utilizado por diversos historiadores da escravidão, do pós-abolição e mesmo de pessoas comuns para buscar as crenças, relações de parentesco e arranjos sociais, familiares e patrimoniais firmados no costume, as variações socioeconômicas, deslocamentos espaciais, a cor das gerações de famílias ao longo do tempo, entre outras possibilidades.

Ana Lugão Rios, Hebe Mattos e Martha Abreu mostram-nos como isto pode ser explorado também pelos historiadores dos Mundos do Trabalho do século XX e XXI. Ao entrevistar descendentes de escravos da região do Vale do Paraíba e cruzar seus nomes em diferentes registros notariais e paroquiais, estas autoras produziram trabalhos individuais, comunitários e coletivos, em diferentes formas de mídia, que nos mostraram as trajetórias de famílias negras

desde os primórdios do século XIX até os dias atuais, descreveram suas migrações, perceberam a preservação de suas músicas e danças, analisaram os problemas e conflitos enfrentados por elas em torno de suas terras e meios de sobrevivência no meio urbano. Finalmente, foram parceiras das comunidades no que tange à demarcação de terras, construção de recursos ligados à preservação da memória e divulgação da história do lugar.⁷

Fábricas empregaram gerações inteiras de famílias e podem ser analisadas como fizeram as autoras acima. Estes trabalhos poderão mostrar, entre outros resultados possíveis, se os membros destas famílias transformaram, ou não, suas condições materiais de existência durante toda a República. Pesquisadores que investigam os trabalhadores na segunda metade do século XX podem cruzar a História Oral e a nomenclatura para acompanhar as trajetórias individual e familiar dos trabalhadores. Fundamental será explorar a participação da cor, origem e gênero nas formas de recrutamento, cargos ocupados, critérios de promoção, advertências, saúde e carreira. Em parte isto já vem sendo realizado, mas ainda carecemos da discussão mais sensível às questões raciais e gênero (Fontes, 2008). Afinal, temos muitos descendentes de escravos em comum.

POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO NEGRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Por que todas essas histórias são importantes nos dias de hoje? Na prova do vestibular da Unicamp de 2001, uma questão causou grande embaraço aos avaliadores: “O que aconteceu com o negro depois da escravidão”. As respostas descreviam os negros como seres patológicos frente a uma sociedade branca, asséptica e superior. Diziam que as negras prostituíram-se, os homens tornaram-se vagabundos, bêbados, presidiários e favelados, por terem sido coisificados na escravidão e, por isso, se terem tornado incapazes de se integrar à sociedade de classes (Nascimento, 2005). A culpa e a anormalidade, que os levava às margens da sociedade, recaíam uma vez mais sobre os próprios negros.

Bom, se prostituir-se foi uma necessidade para negros e negras brasileiras, se roubaram, mendigaram e tiveram de construir telhados de zinco, eles e elas não estavam sozinhos na história. Não são poucos os exemplos na trajetória da humanidade que apresentam grupos, independentemente da sua cor, sem direitos a privilégios ou a uma refeição diária, que se viram forçados a isso (Geremek, 1995; Goldman, 2014; Guy, 1991; Bresciani, 1994). Entendo a maior parte destas ações como formas de sobrevivência para abocanhar o que lhes foi usurpado enquanto direitos, mesmo quando infelizmente a violência foi usada. Para se alcançar o fantasioso “mérito”, na maior parte das vezes, é preciso investimento, amizades com alguma influência, ser o mais branco possível e ter uma boa dose de heteronormatividade.

Não há como negar que a maior parte dos negros(as) foi "bem comportada": trabalhou duro, foi explorada, humilhada em charges de jornais, classificada com os mais torpes xingamentos, estudou em escolas mequetrefes, viu sua ingenuidade expirar-se ainda na infância, sofreu algum tipo de assédio sexual, teve seus punhos atados pelas algemas da polícia, contentou-se em ser representada por Grande Otelo ou Mussum como *escadas* de Oscarito e Renato Aragão, perdeu entes queridos por um péssimo diagnóstico médico, foi preterida no emprego. Mas esta população negra também rodava no santo nos terreiros, desfilava seu carnaval, ia à coroação dos Reis do Congo, sambava como um mestre sala dos mares, lutava por um pedaço de terra, trabalhava nas fábricas e indústrias do Mundo do Trabalho

Assim como Caetana Damasceno destrinchou os "segredos da boa aparência", os historiadores do movimento operário e dos trabalhadores também deveriam pautar os problemas raciais enfrentados na República. Ver com desconforto as condições enfrentadas pela população negra, assim como Florestan Fernandes e outros sociólogos fizeram na década de 1960. Suas tentativas para explicar as diferenças raciais entre brancos e negros, verificadas em estatísticas sociais e raciais do meado do século XX, podem hoje ser questionadas, mas eles se incomodaram, e os historiadores, muito pouco.

NOTAS

1 Ver Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009: 15): ausência "do diálogo necessário entre os historiadores e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário".

2 Ver os esclarecedores argumentos de Sílvia Lara (1998) e Chalhoub (1990: 19-20).

3 Ver também Nascimento (2005), Negro & Gomes (2006) e Gomes (2004).

4 Instituto Ethos & Ibope. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2010*. São Paulo, 2010. http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf, acesso em 7 de agosto de 2016.

5 https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br, acesso em 28 de agosto de 2016. Um balanço da contribuição de parte desses autores pode ser encontrada em Bortoluci (2009) ou em vários artigos da coletânea organizada por Lander (2005).

6 Ver também os instigantes trabalhos de Loner (2011) e Cicalo (2015).

7 Ver <http://www.labhoi.uff.br/escravidao>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. O "crioulo Dudu". *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010.

_____, RIBEIRO, G. S. & CHALHOUB, S. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo v. 5, n. 8 e 9, 1984/85.

_____ & PEREIRA, M. S. (orgs.). *Caminhos da liberdade*. Niterói: PPGHistória –UFF, 2011.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

ARAVANIS, E. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 3., jan-jul 2010.

ÁVILA, R. P. de. A centralidade do trabalho na formação social da Vila de Marzagão. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n. 1, jan-jun 2009.

AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATALHA, C. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX. *Cadernos AEL*. Campinas, Unicamp, 1999.

_____ (org.). *Dicionário do movimento operário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

BONGIOVANNI, L. *Entre modernidades desarticuladas, tradições e nação*. Seropédica, Dissertação (Mestrado em História), 2015.

BORTOLUCI, J. H. Para além das múltiplas modernidades: eurocentrismo, modernidade e as sociedades periféricas. *Plural*, São Paulo, v. 16, n. 1, 2009.

BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, H. H. P. Disciplina e controle no espaço fabril. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, set. 1985-fev. 1986.

CASTELLUCCI, A. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, 41, 2010.

CASTELLUCCI JUNIOR, W. *Pescadores e roceiros*. São Paulo/Salvador: Fapesb/AnnaBlume, 2008.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. *Livro de Resumo – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001.

_____ & SILVA, F.T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

CHANDAVARKAR, Rajnarayan. *The origins of industrial capitalism in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 101-130, jun 2015.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORMINEIRO, O. M. M. Percepções do tempo e trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2., jul-dez 2009.

- COSTA, E. V. da. A nova face do movimento operário na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, set. 1982.
- CRUZ, M. C. V. e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, dez-fev 2005.
- DAMASCENO, C. *Segredos da boa aparência*. Seropédica: Edur, 2011.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. [1ª ed. 1964] São Paulo: Globo, 2008.
- FONTES, P. *Um nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GOLDMAN, W. *Mulher, estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GOMES, A. de C. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul-dez 2004.
- GOMES, F. & DOMINGUES, P. (orgs.). *Experiências da emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- _____. & _____. *Da nitidez à invisibilidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- _____. & _____. *Políticas da raça*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- GRAHAM, S. L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GUY, D. *Sex and danger in Buenos Aires*. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1991.
- HARDMAN, F. F. & LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HERTZMAN, M. *Making samba*. Dunham: Duke, 2013.
- KARASCH, M. O quilombo do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. & GOMES, F. dos S. (orgs.). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 2, jul-dez 2010.
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.
- LARA, S. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1998.
- LINDEN, M. V. der. História do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, jan-jun 2009.
- LOIOLA, M. L. *Trajétórias atlânticas*. Goiás, Dissertação (Mestrado em História), UFG, 2008.
- LONER, B. A. Antonio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, F. & DOMINGUES, P. (orgs.). *Experiências da emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MAIO, M. C. O Projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". *Revista USP*, São Paulo, n. 46, jun-ago 2000.

- MARAM, S. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, P. H. de S. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará*. Niterói, Dissertação (Mestrado), UFF, 2012.
- MATTOS, H. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, jul-dez 2014.
- MATTOS, M. B. *Escravidados e livres*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MOURA, D. S. de. Andantes de novos rumos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.
- NASCIMENTO, Á. P. do. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- _____. "Sou escravo de oficiais da Marinha". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 72, set. 2016.
- NEGRO, A. L. & GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social (revista de sociologia da USP)*, v. 18, n. 1, jun 2006.
- PAOLI, M. C., SÁDER, E. & TELLES, V. da S. Pensando a classe operária. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 6, 1984.
- PEREIRA, A. A. *O mundo negro*. Niterói, Tese (Doutorado em História), UFF, 2010.
- PEREIRA, L. *Footballmania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PINHEIRO, P. S. & HALL, M. *A classe operária no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, v. 1, 1979.
- PINTO, A. F. M. *Fortes laços em linhas rotas*. Campinas, Tese (Doutorado História), Unicamp, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.
- REIS, J. J. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- RIBEIRO, G. S. *Mata galegos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ROSA, Z. de P. Fontes orais de famílias negras. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.
- SANTOS, J. A. dos. *Raiou a alvorada*. Pelotas: Ed. Universitária, 2003.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. [1ª ed. 1993] São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SLENES, R. Escravos, cartórios e desburocratização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, 1986.
- SOUZA, R. S. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós-abolição. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 3, jan-jul 2010.
- SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- WEIMER, R. de A. *A gente da Felisberta*. Niterói, Tese (Doutorado em História) UFF, 2013.